



Gestão do Estado e combate à corrupção

2005

A coordenação e a integração da ação governamental têm papel de fundamental relevância para o resultado das políticas públicas. Nesse sentido, a Casa Civil da Presidência da República, como principal órgão responsável por essa função, por delegação direta do Presidente da República e da Lei nº 10.683, de 2003, participa das diversas etapas do ciclo das políticas públicas, compreendendo a formulação, a implementação, o controle e a avaliação dessas políticas. Essa função coordenadora é executada em articulação com os órgãos integrantes da Administração Pública Federal e, especialmente, no âmbito das Câmaras do Conselho de Governo, bem assim dos conselhos setoriais.

Esse trabalho de coordenação tem contribuído efetivamente para a concretização de diversos programas prioritários, de que são exemplo o Plano BR-163 Sustentável, a Agenda Portos, o novo marco regulatório do setor elétrico, as leis de inovação, das PPPs, a nova legislação para os organismos geneticamente modificados, o Programa do Biodiesel, o Programa Universidade para Todos, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, entre outros.

Além da fundamental análise prévia do mérito e da constitucionalidade e juridicidade das matérias submetidas à Presidência da República, a Casa Civil participa também de projetos inovadores para a efetividade da ação do Governo, destacando-se:

1) Projeto Piloto de Investimento

Buscando estabelecer novos paradigmas para a gestão de projetos governamentais, especialmente na área de infra-estrutura e reestruturação institucional, o Governo executará a partir de 2005 o Projeto Piloto de Investimento (PPI). O objetivo básico é assegurar que projetos prioritários para o País tenham sua execução monitorada desde o início de sua implementação, assegurando-se que não haverá interrupção em sua implementação e que os resultados planejados serão alcançados, com o menor custo, no prazo estabelecido e com as funcionalidades planejadas.

Para definição dos projetos integrantes do PPI, serão priorizados os projetos que contribuam para a melhoria das condições de logística do País, favorecendo a circulação interna de mercadorias, com reflexos positivos no custo do frete e no favorecimento às exportações, e que tenham retorno fiscal no curto ou médio prazos. No exercício de 2005, deverão ser investidos recursos da ordem de R\$ 2,82 bilhões no âmbito do PPI.

2) Metas Presidenciais

A Presidência da República, por intermédio da Casa Civil, definiu uma agenda estratégica em 2004, a qual foi conformada a partir da continuidade das reformas constitucionais e da definição das Metas Presidenciais.

O monitoramento das Metas Presidenciais tem como objetivo fazer o acompanhamento dos resultados dessas ações prioritárias e apoiar os ministérios no equacionamento dos entraves à sua execução. O Governo optou por coordenar os instrumentos existentes de monitoramento com novos, que têm objetivos complementares. Com isso, se fortaleceu um espaço de ação sinérgica entre a Presidência da República e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão propiciando um processo de coordenação de Governo de maior qualidade.

Essa agenda estratégica está refletida nas prioridades estabelecidas pelo Governo para 2005, que estão sintetizadas na busca do crescimento econômico sustentável; na melhoria da qualidade do Ensino e na priorização do Ensino Médio; na viabilização do acesso da população a serviços de Saúde de qualidade; no incremento da Reforma Agrária; no Combate à Desigualdade Social e Regional; no fortalecimento da Segurança Pública; no aperfeiçoamento da Gestão e Combate à Corrupção; e no Compromisso Democrático do aprofundamento do diálogo com a Sociedade.

3) Gestão do Plano Plurianual

Em consonância com a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 – a Lei do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 –, o Governo constituiu o Sistema de Avaliação do Plano Plurianual, por meio do Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004, com o objetivo de assegurar a eficaz execução desse Plano, assim como subsidiar o encaminhamento ao Congresso Nacional de relatório de avaliação do PPA.

Nesse sentido, foi criada a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual, que, além de elaborar propostas de normas e de procedimentos gerais relativos ao monitoramento e à avaliação dos programas integrantes do PPA, deverá oferecer elementos técnicos que orientem o processo de alocação de recursos orçamentários e financeiros e de revisão dos programas, com vistas ao alcance dos resultados. Deverá, ainda, estabelecer diretrizes gerais para implementação de metodologias de avaliação dos programas e para aperfeiçoamento e integração de sistemas de informações gerenciais.

4) Grupos de Trabalho para Políticas Específicas

Como forma de intensificar a ação de coordenação de Governo, foram reestruturadas e revitalizadas as Câmaras do Conselho de Governo, que são espaços privilegiados para discussão e definição de iniciativas governamentais. Estão trabalhando ativamente a Câmara de Política Econômica; a Câmara de Política de Desenvolvimento Econômico; a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX);

a Câmara de Política Cultural; a Câmara de Política de Recursos Naturais; a Câmara de Política Social; a Câmara de Políticas de Infra-Estrutura; a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos; a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e o Comitê Executivo do Governo Eletrônico. A Câmara de Política Econômica mantém reuniões semanais. Em 2004, foi criada a Câmara de Política de Desenvolvimento Econômico, sob coordenação da Casa Civil, com a meta clara de assegurar as condições para o crescimento sustentável do Brasil nos próximos anos.

Além disso, têm sido constituídos pelo Presidente da República diversos Grupos de Trabalho (GT) para elaborar diagnósticos e propor soluções para problemas específicos. Dentre estes Grupos, destacam-se o GT de Integração da Bacia do São Francisco, o GT de Combate ao Desmatamento da Amazônia, o GT da BR-163, o GT para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Alcântara-MA, o GT do Setor Sucroalcooleiro, o GT do Programa Nacional de Atividades Espaciais, o GT para acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Tais Grupos de Trabalho, coordenados pela Casa Civil, vêm contribuindo para, em curto prazo e de forma objetiva, promover a adoção das medidas necessárias à superação de gargalos para o desenvolvimento econômico e social, respeitando-se a sua complexidade e matricialidade.

5) Modernização da gestão

O Governo Federal, em 2004, continuou a empreender esforços com o intuito de modernizar sua gestão, melhorar a qualidade de seus gastos e obter maior eficiência e efetividade na implementação de políticas e programas públicos. Ao mesmo tempo aperfeiçoou seus mecanismos de controle e instituiu maior transparência de seus atos, com vistas a combater a corrupção de agentes públicos em suas relações com o setor privado, de forma impessoal e republicana.

A modernização do Estado foi conduzida por meio de ações visando à reestruturação das carreiras do serviço público, à valorização do servidor, à retomada do planejamento estratégico, às inovações administrativas e à otimização do uso dos recursos públicos.

Já o combate à corrupção foi implementado por meio de mecanismos de combate à sonegação e às fraudes e do fortalecimento dos órgãos de controle e com poder de polícia, que, associados ao aumento da transparência e dos mecanismos de controle social, possibilitam melhoria significativa da gestão do Estado e aprimoramento da relação Estado-Sociedade.

6) Defesa Judicial da União

A atuação judicial da Advocacia-Geral da União (AGU) tem sido importante para o equilíbrio da situação econômico-financeira do País, na medida em que tem obtido substanciais vitórias em ações judiciais movidas contra a União, na defesa das políticas governamentais. Destacam-se nesta atuação, por exemplo, as informações prestadas em Ações Diretas de Inconstitucionalidade e em mandados de segurança impetrados em face de decretos expropriatórios do Presidente da República, afastando os óbices jurídicos à ação governamental.

Juntamente com essa atuação concentrada perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal, a AGU tem obtido constantes e significativas vitórias na Justiça Federal de primeira e segunda instâncias de todo o País, gerando expressiva economia para os cofres do Tesouro.

Além da atuação interna, a AGU promoveu, em 28 de junho de 2004, a representação judicial do Estado brasileiro no primeiro caso de submissão do Brasil a um tribunal internacional de Direitos Humanos, que ficou conhecido como Caso Urso Branco, em que a Corte Interamericana de Direitos Humanos convocou audiência pública para avaliar o efetivo cumprimento, pelo Brasil, de medidas provisionais expedidas no ano de 2002, as quais determinavam a garantia da vida e da integridade física dos detentos da Penitenciária Urso Branco, em Rondônia. A AGU apresentou memoriais e fez sustentação oral na audiência, em San José da Costa Rica, conseguindo que o caso não se transformasse num processo em sentido estrito.

Uma das grandes inovações na gestão da AGU foi a criação de Comissões Temáticas, com o objetivo precípuo de assistir ao Advogado-Geral da União na atuação da Instituição quanto à representação judicial e extrajudicial da União e quanto ao assessoramento jurídico ao Poder Executivo e ao Presidente da República.

Às Comissões cabe integrar as atividades consultiva e contenciosa da AGU, de forma que possam ser prevenidos litígios, por meio da manifestação da área consultiva da Instituição, uniformizando o entendimento da Administração sobre determinado assunto, além de possibilitar a eventual redução das demandas judiciais já existentes, por meio de edição de súmulas administrativas e orientações normativas que permitam a desistência de processos e a não-interposição de recursos.

Foram criadas e estão em funcionamento onze Comissões Temáticas, a saber: Comissão de Promoção e Defesa do Patrimônio Público (CPDP); Comissão de Infra-Estrutura (CIE),

Comissão de Assuntos de Servidores Públicos (CASP), Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), Comissão de Direitos Humanos (CDH), Comissão de Análise de Atos da Administração (CAPF); Comissão de Ações da Seguridade Social (CASEG); Comissão de Assuntos de Desenvolvimento Urbano e Reforma Agrária (CDRA); Comissão de Assuntos de Defesa do Estado e Segurança Pública (CADESP); Comissão de Assuntos de Desenvolvimento Social (CADES); e Comissão de Coordenação de Assuntos Internacionais (CCAI); às quais cabe integrar as atividades consultiva e contenciosa da AGU, de forma que possam ser prevenidos litígios, bem como possibilitar a eventual redução das demandas judiciais já existentes.

Ainda como mudança de paradigma na sua atuação institucional, foi alterada a redação dos enunciados de Súmulas da AGU, que passaram a ter caráter obrigatório para os órgãos da Instituição e para aqueles que lhe são vinculados, inclusive para a área consultiva, não mais ficando restritos aos responsáveis pela representação judicial. Com isso, é possível evitar que direitos já reconhecidos no âmbito dos tribunais superiores sejam negados na via administrativa, coibindo o surgimento de novas demandas judiciais sobre o mesmo tema, na medida em que se busca evitar que o cidadão tenha que buscar em juízo o direito que os Tribunais Superiores já reconheceram em casos análogos.

Para o ano de 2005, grandes desafios se colocam para a AGU na sua atribuição de representação judicial da União, suas autarquias e fundações. O primeiro desses desafios é a redução do estoque de ações judiciais, pela adoção de medidas que permitam a não-interposição ou a desistência de recursos interpostos, bem como pela apresentação de propostas à Administração Pública que tornem desnecessária a propositura de ações judiciais, pelos particulares, contra a União, suas autarquias e fundações.

Outro desafio é o acompanhamento diferenciado das ações relevantes, assim consideradas, por exemplo, as que têm grande repercussão nas finanças públicas e no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, as execuções fiscais relativas a grandes devedores, consoante critério adotado pelo Ministério, autarquia ou fundação pública federal responsável pela cobrança do crédito, além das ações que figurem como parte o Presidente ou o Vice-Presidente da República, os Presidentes do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, os Ministros de Estado e Presidentes de Tribunais.

Ainda, a AGU atuará na busca da intensificação das impugnações e refazimento dos cálculos judiciais apresentados contra a União, o que tem contribuído para gerar sensível economia para os cofres públicos. Somente neste ano, dos R\$ 8,73 bilhões apresentados contra a União foram impugnados R\$ 6,18 bilhões, o que representa 70% do total executado².

²Nesse montante não estão incluídos os valores referentes ao INSS, ao INCRA, ao Banco Central e à Procuradoria da Fazenda Nacional. Fonte: Dep. de Cálculos e Perícias – PGU.

Em relação à sua área consultiva, os maiores desafios da Advocacia-Geral da União para 2005 são reforçar a consultoria e o assessoramento jurídicos ao Poder Executivo, pela apresentação de soluções administrativas para questões que possam ser fonte de ações judiciais, e intensificar a instalação de núcleos de assessoramento jurídico, os quais são encarregados das atividades de assessoramento jurídico aos órgãos e autoridades da Administração Federal Direta localizados fora do Distrito Federal.

7) Gestão dos recursos públicos, cidadania e garantia do equilíbrio fiscal

A geração de recursos para o cumprimento das metas de equilíbrio fiscal do Governo Federal é garantida pela atuação eficiente da Administração Tributária Federal.

O resultado da arrecadação bruta das Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal, em 2004, atingiu o valor de R\$ 300,5 milhões, o que representa um crescimento real de 10,5% em relação a 2003. Este resultado superou em 0,92% a meta estabelecida para o ano.

Além dos resultados globais de arrecadação, merecem destaque, ainda, as ações voltadas para um melhor atendimento ao contribuinte e à facilitação ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias; a ênfase, na fiscalização de tributos internos e do comércio exterior, ao combate à corrupção e a justiça fiscal; e o exercício do controle aduaneiro que, além de proporcionar condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio exterior, garante a necessária segurança para a sociedade em aspectos que transcendem as questões exclusivamente fiscais e de proteção econômica.

8) Combate à corrupção

A luta decidida e constante contra a corrupção e o rigor no controle dos gastos públicos são duas marcas essenciais deste Governo. Os resultados positivos desse esforço são inegáveis e decorrem, sobretudo, de dois diferenciais básicos na forma de enfrentar o problema: a ação articulada entre os diversos organismos do Estado Democrático (potencializando resultados e evitando duplicidade de esforços) e a crescente participação da sociedade civil no controle sobre a aplicação dos recursos públicos.

Desde o início do atual Governo, os órgãos de fiscalização e controle vêm atuando de forma articulada, tornando mais efetiva e eficiente a prevenção e o combate à corrupção. Decorrem



dessa forma articulada de atuar inúmeras ações sob a forma de forças-tarefa, envolvendo órgãos como a Controladoria-Geral da União (CGU), Polícia Federal, Ministérios Públicos da União e dos Estados, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), dentre outros, com resultados extremamente positivos no combate a fraudes e desvios e na punição de seus autores.

O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, experiência inovadora implantada por este Governo em abril de 2003, teve sua abrangência ampliada. Atualmente, 60 áreas municipais são sorteadas todos os meses, de forma isenta e impessoal. Cresce a olhos vistos a participação das comunidades locais no controle dos gastos públicos, inibindo e dissuadindo a prática de desvios. Em 2004 foram sorteadas e fiscalizadas 400 áreas municipais (aumento de 42,3% em relação a 2003), com a identificação de uma variada tipologia de irregularidades. Os resultados dessas fiscalizações foram, todos eles, encaminhados ao Ministério Público – dos Estados e da União – com vistas ao ajuizamento das ações cabíveis, além do seu encaminhamento à AGU, ao TCU e ao Congresso Nacional.

Este Programa terá sua ação fiscalizadora estendida aos Estados, entes federativos responsáveis pela execução de inúmeros programas com recursos federais, em 2005. Aliás, ainda no final de 2004, foi desenvolvido um “piloto”, com o sorteio de cinco Estados, um de cada região geográfica do País, para testar a metodologia usada nessa nova fase de expansão do Programa.

Quanto aos Municípios, o Programa se intensificará, não apenas com foco no combate à impunidade, pelo encaminhamento dos indícios de ilícitos aos órgãos competentes para a aplicação das sanções legais, mas também com ênfase especial nas ações de capacitação de gestores e na orientação e mobilização de lideranças comunitárias para o exercício do dever cidadão de zelar pela boa aplicação dos recursos públicos. Isso envolverá a realização de cursos e seminários, além da distribuição de manuais (a gestores e integrantes de conselhos) e cartilhas (a lideranças comunitárias e ao povo, em geral) em todo o território nacional. Algumas dessas publicações já foram elaboradas e impressas.

Não obstante, grande parte desses problemas não configura fraude ou dolo, mas tem origem na falta de preparo dos agentes públicos municipais. Diante disso, o Governo desenvolveu um programa de capacitação para esses gestores, que já foi iniciado – com três cursos-piloto em três diferentes regiões, e um curso de formação de multiplicadores – e se intensificará em 2005, de modo a alcançar municípios de todas as regiões do País. Foi também produzido e distribuído um Manual para Agentes Públicos Municipais, com instruções básicas de contabilidade pública e de gestão dos programas federais desenvolvidos no âmbito dos Municípios.

Outro programa de capacitação, também já iniciado, se dirige especificamente aos integrantes dos diversos Conselhos Locais encarregados de acompanhar os programas sociais executados nos Estados e Municípios com recursos federais. Atualmente, a imensa maioria desses conselhos tem atuação ineficaz, seja pela desinformação quanto a seu papel, seja em função da cooptação pelo poder político local.

A Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público, dirigida, principalmente, às populações dos pequenos e médios municípios, também foi elaborada e está sendo distribuída. Além de incentivar a população a cobrar maior atuação e eficácia dos conselhos, a Cartilha ensina como identificar e onde denunciar os casos mais comuns de desvios de recursos públicos.

Outro importante instrumento de controle social dos gastos públicos criado em 2004 é o Portal da Transparência, por intermédio do qual o Governo disponibiliza, por meio da Internet (www.portaldatransparencia.gov.br), em linguagem acessível e navegação simples, a relação dos recursos federais transferidos a todos os recantos do País, para facilitar, a qualquer cidadão interessado, o acompanhamento da aplicação desses recursos. O Portal da Transparência deverá ser aprimorado e ampliado em 2005.

Na mesma linha de parceria com a sociedade, o Governo instituiu e instalou em 2004 o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão com participação paritária Governo-Sociedade, encarregado de discutir e sugerir medidas que levem ao aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência da gestão pública e de combate à corrupção e à impunidade.

O Governo Federal está mobilizado para a preparação do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, megaevento que reunirá em Brasília, em junho de 2005, delegações de mais de 100 países de todos os continentes, para discutir o aprimoramento dos métodos de combate à corrupção bem como a cooperação internacional nessa área. Em 2003, durante o III Fórum Global, realizado em Seul, na Coreia, o Brasil foi escolhido para sediar o IV Fórum, em reconhecimento aos esforços do Governo no combate a esse mal que aflige o mundo.

O combate à corrupção e o controle rigoroso do gasto público estão na essência do Governo Federal e na linha de frente dos seus compromissos. A CGU, como forma de corrigir o erro histórico dos órgãos encarregados desse combate agirem de forma desarticulada entre si e distante da sociedade, elegeu como armas fundamentais nesse combate a articulação entre os diversos organismos de defesa do Estado Democrático e o fomento do controle social sobre os gastos públicos.

Diante disso, no ano de 2005, a CGU deverá atuar com tenacidade, acentuando ainda mais essas linhas de atuação. Assim, estreitar-se-á a articulação, já praticada nesses dois anos iniciais do Governo, com órgãos do próprio Governo e de defesa do Estado Democrático, a exemplo do Tribunal de Contas da União e dos Estados, do Ministério Público da União (e dos Estados), do Ministério da Justiça – por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça, Polícia Federal e Departamento de Recuperação de Ativos –, da Advocacia-Geral da União e do Ministério da Fazenda, por meio da Receita Federal, Banco Central e COAF.

Sem descuidar de sua atribuição legal que envolve a auditoria regular e anual em cada um dos órgãos da administração federal, a Controladoria intensificará os esforços na linha da prevenção dos desvios, pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de controle dos diversos programas, monitorando a gestão de cada um deles. O que se pretende é fazer a atividade de auditoria/fiscalização caminhar lado a lado com o monitoramento e a avaliação permanente da gestão pública em todas as suas fases.

A CGU vai trabalhar, em 2005, no aprimoramento do Sistema de Controle Interno do Governo Federal, e da mesma forma, proporá a estruturação do Sistema Nacional de Correição, dotando cada Ministério de uma Corregedoria Setorial, para tornar mais ágeis e efetivos os procedimentos de correição no serviço público. Prevê-se, também, a apresentação de Projeto de Lei sobre os conflitos de interesse, visando disciplinar o exercício de atividades privadas imediatamente após o afastamento da função pública, bem como durante o gozo de licenças e afastamentos temporários do servidor. Iniciada em 2004, será intensificada em 2005 a prática das sindicâncias patrimoniais, procedimento voltado à investigação do enriquecimento ilícito e da evolução patrimonial incompatível com a remuneração de agentes públicos federais.

Finalmente, a criação de um Sistema Nacional de Ouvidorias, com unidades, também, nos principais órgãos públicos federais que mantêm contato direto com a população e sob a coordenação da Ouvidoria-Geral da União, também está inscrita entre as metas da CGU para 2005. O objetivo é assegurar uma prestação de serviço público de alto nível aos brasileiros.

9) Valorização do serviço público

O novo modelo de gestão pública adotado pelo Governo Federal observa a premissa de que a sociedade demanda um Estado cada vez mais moderno, ágil e eficiente e que isto só será possível se as suas estruturas e seus órgãos estiverem devidamente dotados de força de trabalho qualificada e adequadamente dimensionada aos desafios que lhe são impostos. Por esta razão, durante o exercício de 2004, foi dada ênfase especial aos projetos e ações direcionados à continuação dos esforços de redefinição de perfil e dimensionamento da força de trabalho.

Foi realizado, em 2004, um grande esforço no sentido de resgatar a capacidade operativa das organizações públicas, por meio da recomposição da sua força de trabalho, a reestruturação de carreiras e ampliação dos investimentos em capacitação de servidores. No que se refere à reestruturação de carreiras merecem destaque a do Ciclo de Gestão, do INCRA, das Instituições Federais e Ensino Superior (IFES), da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), das Agências Reguladoras, da Perícia Médica do INSS, dos Auditores Fiscais e da AGU.

Quanto aos novos ingressos, houve provimento de mais de 12 mil vagas, por meio de concursos públicos realizados nas áreas de educação, segurança pública, previdência social, fiscalização e jurídica. Como resultado do provimento dessas vagas, destaca-se a substituição da força de trabalho terceirizada que exercia atividades inerentes a servidores públicos e a substituição de trabalhadores vinculados a organismos internacionais. Iniciou-se também a composição do quadro de pessoal das agências reguladoras.

Merece destaque especial a instalação das Mesas Setoriais de Negociação Permanente, a partir da criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente no Serviço Público Federal, representando uma medida inovadora e um grande avanço na construção de um modelo democrático, participativo e incluyente de relações do trabalho no setor público brasileiro.

Com o intuito de contribuir para o debate, prospectando e sistematizando conhecimento sobre a democratização das relações de trabalho e das experiências de negociação coletiva no setor público brasileiro, foram realizados eventos, seminários e publicações sobre negociação coletiva no setor público, estando prevista a realização de cursos relativos à negociação no setor público.

Em 2004, foram capacitados mais de 13.200 servidores em diversas modalidades de cursos. Merece destaque também a reformulação dos cursos de formação de carreiras típicas de Estado, como os de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental e os de Analistas de Planejamento e Orçamento. Configura-se como importante iniciativa o curso de Especialização em Gestão Pública para servidores de alto nível, que serão futuramente disseminadores de boas práticas de gestão nos órgãos da administração pública em que atuam.

Foram também capacitados 694 gerentes em novas metodologias e instrumentos de gestão pública e realizadas 26 Oficinas de Planejamento Estratégico, com 640 participantes de diversos órgãos da Administração Pública Federal. Foi também implantado o Projeto EuroBrasil 2000, de cooperação técnica da União Européia, capacitando 434 servidores em curso básico de ética a distância pela Internet e realizando oficinas na área de planejamento estratégico para servidores lotados em todo o País.



O Governo buscou ampliar a abrangência de sua atuação, por meio de iniciativas como o fomento à Rede Escolas de Governo e o projeto Escolas Parceiras. Em 2004, por meio do programa de parcerias, foram capacitados 1.327 servidores públicos lotados em outros Estados.

Em 2005, o Governo contribuirá para a profissionalização do servidor federal com a oferta de cursos presenciais e a distância, formando 12.000 servidores. Continuará aperfeiçoando seu padrão de qualidade, buscando tornar-se a primeira opção em capacitação de dirigentes públicos e disseminando conceitos e tecnologias inovadores por meio de produtos capazes de atender prontamente a problemas estratégicos de gestão. Para tanto, continuará investindo na articulação de uma política inovadora de capacitação do servidor público, assim como em análises e prospecções sobre governabilidade, governança e gestão de políticas públicas.

10) Inovação da gestão pública e melhoria da qualidade dos serviços prestados

Para atender à natureza essencialmente intersetorial da ação de Governo – que exige a atuação conjunta e sinérgica dos órgãos e entidades públicos para a superação de problemas e atendimento às demandas sociais – encontram-se em funcionamento 11 Câmaras do Conselho de Governo, que possibilitaram a maior integração entre os diversos Ministérios, sobretudo na implementação de projetos de Governo de caráter estratégicos.

Com mesmo intuito, incentivou-se a adoção de mecanismos de maior articulação na execução de políticas e programas de natureza intersetorial nos diversos Ministérios. O Decreto nº 5.233, de 2004, que institui o modelo de gestão do PPA 2004-2007 definiu mecanismos colegiados de gestão de programas dessa natureza de forma a aumentar a sinergia e integração das ações de Governo e incrementar a eficiência do gasto.

No campo das ações de desenvolvimento institucional e otimização da gestão das organizações, o Governo Federal promoveu a análise e a implantação de readequação de estruturas, em órgãos e entidades federais, para alinhamento às orientações estratégicas do Governo, especialmente quanto à diminuição de níveis hierárquicos e redução de superposições e fragmentações e para a compatibilização com o modelo de gestão pública participativa.

Em 2004, concluiu-se a fase de desenvolvimento e teste da versão descentralizada do Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (SIORG), importante instrumento responsável pelo registro, controle e monitoramento das estruturas organizacionais e ocupação de cargos e

funções de confiança do Executivo Federal. A partir do próximo ano, a nova versão desse sistema facilitará as tramitações de alteração de estruturas organizacionais e garantirá maior confiabilidade às informações relativas à estrutura organizacional do Governo Federal, tornando-se uma importante ferramenta gerencial nos órgãos da Administração Pública Federal.

Foram também implementadas ações de melhoria e integração de vários outros sistemas de informações existentes, tais como SIAFI, SIDOR, SIGPLAN, SIAPE, SIASG e SIORG. Trata-se de sistemas de gestão administrativa, responsáveis por informações, rotinas e processos comuns a todos os órgãos e entidades da Administração Federal. No âmbito do Programa Governo Eletrônico verificam-se como principais realizações, a definição dos padrões de interoperabilidade brasileiros e o início de implantação da Infovia Brasil.

Os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-Ping), elaborados por meio de consulta pública, representam importante avanço para a integração entre sistemas, bancos de dados e serviços eletrônicos. Abrangem também o uso de especificações comuns para a aquisição de equipamentos e tecnologias, possibilitando que – em futuro próximo – os benefícios da integração alcancem o cidadão na forma de serviços eletrônicos integrados, de alto desempenho e com ampla facilidade de acesso.

O Projeto Infovia Brasil prevê a implantação de uma infra-estrutura integrada de comunicação de voz, dados e imagens, interligando todos os órgãos da administração pública em uma rede de telecomunicações mais ágil, confiável, segura e menos onerosa que a atual. A Infovia, em Brasília, deverá estar em pleno funcionamento em 2005.

No objetivo de aperfeiçoar o ciclo de gestão pública, o Governo Federal implantou, em 2004, uma agenda da eficiência fundamentada em dois grandes eixos ou conjuntos de ações voltados para a melhoria da qualidade do gasto público e para a qualidade e desburocratização dos serviços públicos.

Destacam-se, nessa agenda, os investimentos realizados nos mecanismos e instrumentos que favoreçam a política de alocação de recursos atrelada à fixação de metas de desempenho institucional, que privilegie a descentralização da atividade pública e o alinhamento dos órgãos e entidades às prioridades nacionais, estabelecidas pela conciliação de interesses entre os entes federados e a sociedade.

O Projeto sobre Contratualização de Desempenho Institucional na Administração Pública, iniciado em 2004, visou construir um referencial normativo que oriente e padronize os processos de



acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão e desempenho, quanto à execução física e financeira dos compromissos acordados, estabelecendo um modelo revigorado de relacionamento entre os órgãos formuladores de políticas e as entidades responsáveis por implementá-las.

Dentro do Projeto, foi iniciado o processo de formulação de proposta de regulamentação da contratualização de desempenho institucional prevista no parágrafo 8º do art. 37 da Constituição Federal. Foi feito o acompanhamento dos contratos de gestão firmados entre órgãos do Poder Executivo e 11 entidades públicas e da sociedade civil, por meio da participação nas suas respectivas comissões de avaliação.

Além disso, foi realizado, em dezembro, o Seminário sobre Contratualização de Desempenho Institucional na Administração Pública para promover o debate entre os órgãos e entidades com experiência já acumulada na aplicação de contratos de gestão, com vistas a levantar subsídios para o aprimoramento do modelo. Para dar continuidade aos debates iniciados, foi lançado fórum sobre o tema no Portal Governo, aberto à participação de dirigentes e técnicos do setor público federal, estadual e municipal, com experiência ou conhecimentos no tema.

Para o exercício de 2005, pretende-se instituir uma instância de debate específica entre os órgãos centrais dos sistemas de planejamento, orçamento e controle interno e externo da Administração Pública Federal para tratar o tema e, com base nas contribuições coletivas, elaborar um marco normativo para a contratualização de desempenho institucional na administração pública brasileira. Além disso, serão iniciadas as articulações com os órgãos e entidades de formação profissional para elaborar e disponibilizar curso específico sobre contratualização, destinado aos ministérios e entidades com interesse no assunto.

Para 2005, a Gestão do Atendimento, conjunto de práticas de gestão direcionadas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, prevê a disseminação da metodologia de pesquisa de satisfação de usuário para 60% das organizações públicas federais; e a negociação com 5 principais órgãos federais para garantirem a prestação de serviços nas Unidades de Atendimento Integrado.

O Ciclo 2005 da Avaliação Continuada da Gestão Pública mantém a meta anual de aumentar em 30% o número de avaliações da gestão, com ênfase nas organizações públicas que executam ações prioritária do Governo Federal e prevê a recertificação de 60% das organizações adesas ao ciclo de 2004.

No que se refere à qualidade e desburocratização dos serviços prestados aos cidadãos, o Governo orientou-se por três vertentes. A primeira buscou aumentar a capacidade de gestão das

organizações públicas, mediante a melhoria dos processos e práticas de gestão e, conseqüentemente, dos resultados produzidos para a sociedade. Importante mecanismo de disseminação de boas práticas com este intuito é o Prêmio Nacional de Gestão Pública (PQGF). Neste ano, 74 organizações candidataram-se ao Prêmio/2004 do PQGF, e dessas, 13 organizações foram reconhecidas nas faixas bronze, prata e ouro.

A segunda vertente atuou na redução dos custos e da carga burocrática imposta pelo setor público ao cidadão e ao sistema competitivo do País mediante a simplificação de procedimentos e normas; e pela melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, que propicie um melhor atendimento. Observou-se nos dois últimos anos a adoção de cerca de 230 medidas de simplificação administrativa ou eliminação/revisão de normas nos órgãos públicos federais estaduais e municipais adesos ao Programa Nacional de Desburocratização.

A terceira vertente buscou o estímulo à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Nesse sentido, merece destaque o estímulo à auto-avaliação continuada da gestão e o apoio aos centros de atendimento integrado ao cidadão.

11) Otimização do uso dos recursos públicos

O Governo vem atuando fortemente, por um lado no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação tributária, e por outro, aperfeiçoando seus procedimentos de aquisição de bens e serviços, reduzindo os custos da ação governamental.

Além do incremento da arrecadação tributária formal e do combate à sonegação, merece destaque a significativa recuperação de créditos tributários inscritos na dívida ativa da União. Simplificação de procedimentos, redução da burocracia interna e foco na cobrança de grandes devedores possibilitaram números de arrecadação e vitórias na defesa da Fazenda Nacional em juízo crescentes e expressivos. O resultado foi uma arrecadação de cerca de R\$ 10 bilhões/ano.

Foram aprimorados os mecanismos de gestão do patrimônio da União. Cabendo destacar a cessão/doação de imóveis para diversos programas sociais, beneficiando milhares de famílias em todo o Brasil com a instalação de postos de saúde, escolas, núcleos de cultura e lazer, abrigos e centros de apoio a menores e idosos carentes.

Também se investiu no desenvolvimento de um sistema de informação para a gestão do patrimônio da União, aperfeiçoando os mecanismos de controle sobre os bens imóveis e possibilitando a diminuição da inadimplência na arrecadação de taxas, além de possibilitar a inscrição de mais de 80 mil processos na dívida ativa da União.

O Governo aprimorou seus mecanismos de captação de recursos de Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais, com o objetivo de adequar algumas carteiras de financiamento. Em 2004 foram aprovados cancelamentos no valor total de US\$ 870,5 milhões. Com isto o Brasil economiza com o não-pagamento das comissões de compromisso, cobrada pelos credores, sobre esses valores cancelados (em média 0,75% a.a) e que não vinham sendo executados pelos órgãos contratantes em função de problemas nos respectivos projetos ou falta de programação orçamentário-financeira.

Com vistas a otimizar a aplicação de recursos públicos, o Governo implantou medidas de priorização do uso do pregão eletrônico nas compras governamentais; criou o Cartão de Pagamento do Governo Federal; implantou um piloto do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens e otimizou o processo de compras de medicamentos no âmbito do Ministério da Saúde e Hospitais Federais, obtendo economia média de 30% na aquisição de medicamentos por estes órgãos.

Em 2005, a utilização do pregão eletrônico deverá ser consideravelmente ampliada com apoio nos aperfeiçoamentos normativos e nas ações já promovidas, de capacitação dos servidores e de melhoria do sistema de compras eletrônicas. O controle de passagens será disseminado para outros órgãos e a utilização do Cartão de Pagamentos intensificada.

Foram implantadas pelo Governo Federal, no âmbito do MAPA, ações de racionalização no uso dos recursos públicos e otimização do uso da tecnologia da informação com a integração de informações – Sistema de Informações e Gerenciamento de Documentos (SIGID), Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras (SIOR), Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN), Sistema de Documentação (SIDOC), e o Sistema de Informação Agrícola Federal (SISLEGIS) que facilitam o acesso da sociedade às informações disponibilizadas à melhoria da gestão.

Em 2004, aquela Pasta passou por um processo de autodiagnóstico no qual contou com ampla discussão na sociedade. Foi identificada então a necessidade de reestruturação organizacional orientada para melhoria de processos e desenvolvimento e capacitação de colaboradores. A proposta resultante desse trabalho contempla a criação de um núcleo de Planejamento Estratégico, com o objetivo de fazer estudos de cenários e avaliações específicas que auxiliem o Ministro de Estado na tomada de decisões.

Tendo em vista a atuação da Administração Tributária como órgão estratégico de Estado, foi aprovado o inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, dispositivo que favorece a integração e a cooperação entre os

diversos fiscos nacionais, contribuindo para a simplificação, racionalização e facilitação do cumprimento das obrigações tributárias pelos cidadãos e para a maior efetividade do Sistema Tributário brasileiro.

Com o objetivo de viabilizar a atuação integrada das administrações tributárias, inclusive compartilhando informações fiscais e de cadastros, foram formalizados dois Protocolos de Cooperação entre a Secretaria da Receita Federal, as Secretarias de Fazenda, Finanças e Tributação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que buscam em um primeiro momento agilizar o registro das empresas e abolir a necessidade de inscrições múltiplas em cada nível de Governo, mediante a criação do cadastro sincronizado entre a Secretaria da Receita Federal, as administrações estaduais e municipais.

12) Valorização do planejamento

No ano de 2004, a preocupação maior foi com a institucionalização do modelo de gestão do Plano Plurianual 2004-2006, tendo sido publicado o Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004, que instituiu os princípios de gestão do Plano e de seus programas, aprofundando a integração entre plano e orçamento, aproximando a gestão dos programas às estruturas organizacionais e estimulando a gestão orientada por resultados.

Priorizou-se o estreitamento da articulação federativa e da cooperação técnica entre União, Estados e Municípios e o aperfeiçoamento dos mecanismos de escuta à sociedade, controle e de transparência no uso dos recursos públicos.

O estreitamento da articulação federativa e da cooperação técnica se consubstancia, dentre outras iniciativas, na implantação do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do DF (PNAGE) e do Programa de Modernização dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX). Trata-se de programas com recursos externos destinados à modernização da gestão dos governos estaduais e respectivos Tribunais de Contas, incorporando sob uma mesma ótica a execução da ação governamental e os mecanismos de controle externo. Os programas estão em fase de negociação dos respectivos contratos, sendo que a execução está prevista para iniciar-se em 2005.

Reafirmando internacionalmente seu objetivo de erradicar a pobreza no Brasil e no mundo, o Governo brasileiro elaborou, sob a coordenação da Casa Civil, o primeiro Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, apresentado pelo Presidente



na 59ª Assembléia Geral da ONU, ocorrida em Nova York, em setembro de 2004. Em setembro de 2005, será lançado o segundo Relatório, por meio do qual o Governo divulgará a evolução das condições de vida da população brasileira, bem como os compromissos assumidos com a comunidade internacional.

O Governo aprimorou seus mecanismos de coleta e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica – e de natureza geocientífica geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental. Informações importantes do Atlas de Saneamento e o Atlas do Censo Demográfico 2000, concluídos em 2004, constituem um importante instrumento de planejamento e avaliação das ações de Governo.

O primeiro Atlas permite avaliação de eficiência dos serviços de saneamento básico prestados pelas diferentes esferas governamentais e o segundo aborda, de forma abrangente e interligada, as várias dimensões que compõem a dinâmica e o perfil demográfico da população brasileira. Foram elaborados, ainda, os Mapas de Vegetação e Biomas do Brasil.

Em 2004, iniciou-se o desenvolvimento de metodologia de planejamento territorial associada à constituição de pactos de concertação integrando e qualificando as ações setoriais a partir da perspectiva do território nacional. Essa metodologia está sendo testada nos projetos-piloto do Baixo Jaguaribe, no Ceará, e São Joaquim, em Santa Catarina com o envolvimento dos parceiros fundamentais em sua implementação como os Governos Estaduais e Municipais e entidades da sociedade civil.

A atuação da Câmara de Políticas de Desenvolvimento Regional e Integração, tendo por referência a convergência entre a Estratégia de Desenvolvimento que orienta o PPA 2004-2007, tem sido fundamental para esse processo permitindo o avanço na integração das políticas nacionais de base territorial (Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Rural Sustentável, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano) e atuação integrada de diversos órgãos federais no território.

Em paralelo, instrumentos importantes para o planejamento territorial foram definidos e implantados. A reativação do funcionamento da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), a definição do Novo Referencial do Sistema Geodésico e Cartográfico Nacional (Referencial Geocêntrico) e a implantação das Redes Estaduais de Sistema de Posicionamento Global (GPS) nos Estados da Bahia e parte do Ceará.

Em 2005, pretende-se dar continuidade aos pactos de concertação, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 10.933, que aprovou o PPA, abrangendo as áreas das regiões metropolitanas e outras sub-regiões definidas a partir da análise de planos de desenvolvimento locais.

13) Projeto Brasil em 3 Tempos: 2007, 2015 e 2022

O Projeto está voltado para a definição de objetivos estratégicos nacionais de longo prazo que possam levar à construção de um pacto entre sociedade e o Estado brasileiro acerca de valores, caminhos e soluções para a conquista desses objetivos estratégicos e criar condições para a institucionalização da gestão estratégica dos objetivos nacionais.

O Projeto – iniciado em 2004 – visa oferecer subsídios conceituais e metodológicos para conformar um processo de planejamento estratégico governamental, com adequação dos instrumentos e meios à disposição do Estado para atingir um conjunto de objetivos desejáveis de desenvolvimento com inclusão social. Colocar-se na linha do estabelecimento e implementação dos PPAs, com uma visão temporal mais ampla e buscar realizar o alinhamento dos planejamentos macro-estatais e setoriais do Governo central com os demais esforços e iniciativas de planejamento regional, estadual e local, nos demais níveis da federação e das agências públicas encarregadas de programas de desenvolvimento regional.

Em 2004, foram recebidos os primeiros estudos setoriais dos grupos encarregados das dimensões e estabelecidas as bases para a integração desses esforços analíticos num documento-síntese, o que permitirá o início da fase de consultas internas e com a sociedade.

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Geral
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO NA FAMÍLIA MINION, PARA TEXTOS, E
CAECILIA, PARA TÍTULOS, E IMPRESSO EM OFFSET SOBRE PAPEL
PÓLEN RUSTIC 80 g/m², EM FEVEREIRO DE 2005.